



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

03 de junho de 2013  
Edição 124

*Documento Interno*

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

## Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fabiana Cristina Fontana**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

**Maria de Lourdes Rillo**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

## Índice:

### Cesta Básica

#### MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 609 DE 2013\_\_\_\_\_02

*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.*

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 215 DE 2012\_\_\_\_\_15

*Insere a alínea “e” ao inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal, vedando a instituição de impostos sobre os itens que compõe a cesta básica de alimentos.*

### Tributos

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.628 DE 2013\_\_\_\_\_17

*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.*

### Embalagens

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.629 DE 2013\_\_\_\_\_19

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos.*

#### PROJETO DE LEI, Nº 3.530 DE 2008\_\_\_\_\_21

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.*

### Lácteos

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.641 DE 2013\_\_\_\_\_27

*Estabelece a obrigatoriedade de que o leite, o iogurte e as bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano sejam enriquecidos com vitamina D.*

### Defensivos Agrícolas

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, Nº 809 DE 2012\_\_\_\_\_30

*Susta a eficácia do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.*

### Irrigação

#### PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 738 DE 2011\_\_\_\_\_33

*Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.*

### Sucroenergético

#### PROJETO DE LEI, Nº 3.796 DE 2008\_\_\_\_\_39

*Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.*

## MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 609 DE 2013

*Autor: Poder Executivo - Presidente da República*

*Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.*

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

1º

.....  
XIX - carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal classificados nos seguintes códigos da TIPI:

a) 02.01, 02.02, 0206.10.00, 0206.2, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.10.1;

b) 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07, 02.09 e 0210.1 e carne de frango classificada no código 0210.99.00; e

c) 02.04 e miudezas comestíveis de ovinos e caprinos classificadas no código 0206.80.00;

XX - peixes e outros produtos classificados nos seguintes códigos da TIPI:

a) 03.02, exceto 0302.90.00; e

b) 03.03 e 03.04;

XXI - café classificado nos códigos 09.01 e 2101.1 da TIPI;

XXII - açúcar classificado no código 1701.99.00 da TIPI;

XXIII- óleo de soja classificado na posição 15.07 da TIPI e outros óleos vegetais classificados nas posições 15.08 a 15.14 da TIPI;

XXIV - manteiga classificado no código 0405.10.00 da TIPI;

XXV - margarina classificado no código 1517.10.00;

XXVI - sabões de tocador classificados no código 3401.11.90 Ex 01 da TIPI;

XXVII - produtos para higiene bucal ou dentária classificados na posição 33.06 da TIPI; e

XXVIII - papel higiênico classificado no código 4818.10.00 da TIPI.

.....” (NR)

Art. 2º A partir da data de publicação desta Medida Provisória, o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, não mais se aplica aos produtos classificados nos códigos 03.02, 03.03, 03.04, 0405.10.00, 15.07, 15.08 a 15.14, 1517.10.00 e 1701.99.00 da TIPI.

Art. 3º A Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS devidas pelas

peças jurídicas que procedam à industrialização ou à importação dos produtos classificados nas posições 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56, 30.04, exceto no código 3004.90.46 e 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06, nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3006.30.1 e 3006.30.2 e nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.60.00, 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00, todos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, serão calculadas, respectivamente, com base nas seguintes alíquotas:

I - incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de:

b) produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 33.03 a 33.07, exceto na posição 33.06, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 96.03.21.00: 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento) e 10,3% (dez inteiros e três décimos por cento); e

.....”(NR)

Art. 4º A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

8º

§ 2º As alíquotas, no caso de importação de produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 3303.00 a 33.07, exceto na posição 33.06, e nos códigos 3401.11.90, exceto 3401.11.90 Ex 01, 3401.20.10 e 9603.21.00, são de:

.....”(NR)

Art. 5º A Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32.....

I - animais vivos classificados nas posições 01.02 e 01.04 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, quando efetuada por pessoa jurídica, inclusive cooperativa, vendidos para pessoas jurídicas que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.04, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0206.80.00, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM;

.....”(NR)

“Art. 33. As pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, inclusive cooperativas, que produzam mercadorias classificadas nos códigos 02.01, 02.02, 02.04, 0206.10.00, 0206.20, 0206.21, 0206.29, 0206.80.00, 0210.20.00, 0506.90.00, 0510.00.10 e 1502.00.1 da NCM, destinadas a exportação, poderão descontar da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS devidas em cada período de apuração crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens classificados nas posições 01.02 e 01.04 da NCM, adquiridos de pessoa física ou recebidos de cooperado pessoa física.

§ 7º O disposto no § 6º aplica-se somente à parcela dos créditos presumidos determinada com base no resultado da aplicação, sobre o valor da aquisição de bens classificados nas posições 01.02 e 01.04 da NCM, da relação percentual existente entre a receita de exportação e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

.....”(NR)

“Art. 34. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas nas alíneas “a” e “c” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 40% (quarenta por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 1º É vedada a apuração do crédito de que trata o caput nas aquisições realizadas por pessoa jurídica que industrializa os produtos classificados nas posições 01.02, 01.04, 02.01, 02.02 e 02.04 da NCM ou que revende os produtos referidos no caput.

§ 2º O direito ao crédito presumido somente se aplica aos produtos de que trata o caput adquiridos com alíquota zero das contribuições, no mesmo período de apuração, de pessoa jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 4º O disposto no caput não se aplica no caso de o produto adquirido ser utilizado na industrialização de produto cuja receita de venda seja beneficiada com suspensão, alíquota zero, isenção ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, exceto na hipótese de exportação.” (NR)

Art. 6º A Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 56. A pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas na alínea “b” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondente a 12% (doze por cento) das alíquotas previstas no caput do art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no caput do art. 2º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 1º É vedada a apuração do crédito presumido de que trata o caput nas aquisições realizadas por pessoa jurídica que industrializa os produtos classificados nas posições 01.03 e 01.05 da NCM ou que revende os produtos referidos no caput.

§ 2º O direito ao crédito presumido somente se aplica aos produtos de que trata o caput adquiridos com alíquota zero das contribuições, no mesmo período de apuração, de pessoa jurídica residente ou domiciliada no País, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e no § 4º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 3º O disposto no caput não se aplica no caso de o produto adquirido ser utilizado na industrialização de produto cuja receita de venda seja beneficiada com suspensão, alíquota zero, isenção ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, exceto na hipótese de exportação.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º A pessoa jurídica tributada no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos classificados

no código 0901.1 da TIPI utilizados na elaboração dos produtos classificados nos códigos 0901.2 e 2101.1 da TIPI destinados a exportação.

.....  
§ 6º Para os fins deste artigo, considera-se exportação a venda direta ao exterior ou a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

§ 7º O disposto neste artigo não se aplica a empresa comercial exportadora.” (NR)

Art. 8º O saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10.925, de 2004, relativo aos bens classificados nos códigos 01.04, 02.04 e 0206.80.00 da NCM, existentes na data de publicação desta Medida Provisória, poderá:

I - ser compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - ser ressarcido em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos créditos presumidos que tenham sido apurados em relação a custos, despesas e encargos vinculados à receita de exportação, observado o disposto nos §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e §§ 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 9º A partir da data de publicação desta Lei, o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, não mais se aplica às mercadorias ou produtos classificados nos códigos 02.04 e 0206.80.00 da NCM.

Art. 10. Ficam revogados:

I - os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;

II - o inciso II do caput do art. 32 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009;

III - o inciso IV do caput do art. 54 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010; e

IV - o art. 4º e o § 5º do art. 6º da Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=111424](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=111424)

**Data de Apresentação:** 08/03/2013

**Ementa:** Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a importação de produtos que compõem a cesta básica, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Altera a Lei nº 10925/04 – que reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências – para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de carnes bovina, suína, ovina, caprina, de aves e outros produtos de origem animal, peixes, café, açúcar, óleo de soja e outros óleos vegetais, manteiga, margarina, sabões de tocador, produtos para higiene bucal ou dentária e papel higiênico; estabelece que a partir da data de publicação da presente Medida Provisória: a) torna-se inaplicável a



suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS de trata o art. 9º da Lei nº 10925/04 no caso de venda de peixes frescos ou refrigerados, peixes congelados, filés de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados, manteiga, óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, óleo de amendoim e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, óleos de nabo silvestre, de colza ou de mostarda, e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, margarina, exceto a margarina líquida e outros açúcares de cana; b) não poderá ser feita a dedução do PIS/PASEP e da COFINS do crédito presumido de que trata o art. 8º da Lei nº 10925/04 pelas pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, que produzam os referidos itens mencionados no item “a”; altera a Lei nº 10147/2000 – que dispõe sobre a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica – para tornar inaplicáveis as respectivas alíquotas de 2,2% e 10,3% à venda de preparações para higiene bucal ou dentária, incluindo os pós e cremes para facilitar a aderência de dentaduras; fios utilizados para limpar os espaços interdentais (fios dentais), em embalagens individuais para venda a retalho; altera a Lei nº 10865/04 – que dispõe sobre o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências – para incluir outros produtos dentre aqueles sujeitos às alíquotas de 2,2% e 10,3%; altera a Lei nº 12058/09 – que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais e dá outras providências – para modificar a lista de produtos, no item animais vivos, a serem beneficiados pela suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidente sobre a receita bruta de sua venda no mercado interno; altera a Lei nº 12350/10 – que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e dá outras providências – para estabelecer que a pessoa jurídica tributada com base no lucro real que adquirir para industrialização produtos cuja comercialização seja fomentada com as alíquotas zero da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS previstas na alínea “b” do inciso XIX do art. 1º da Lei nº 10925/04, poderá descontar das referidas contribuições, devidas em cada período de apuração, crédito presumido determinado mediante a aplicação, sobre o valor das aquisições, de percentual correspondentes a 12% das alíquotas previstas no “caput” do art. 2º da Lei nº 10637/02, e no “caput” do art. 2º da Lei nº 10833/03; altera a Lei nº 12599/12 para determinar que o desconto de que trata o art. 6º será determinado com base no crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição dos produtos especificados desde que destinados a exportação; autoriza a compensação ou o ressarcimento em dinheiro do saldo de créditos presumidos apurados na forma do § 3º do art. 8º da Lei nº 10925/04 existentes na data de publicação desta Medida Provisória, relativos aos bens que especifica; revoga os seguintes dispositivos: a) os §§ 1º e 3º do art. 1º da Lei nº 10925/04; b) o inc. II do caput do art. 32 da Lei nº 12058/09; c) o inc. IV do caput do art. 54 da Lei nº 12350/10; d) o art. 4º e o § 5º do art. 6º da Lei 12599/12.

**Indexação:** Medida Provisória, Alteração, Norma Jurídica, Lei Federal, Redução, Alíquota, Isenção Fiscal, Desoneração Tributária, Incentivo Fiscal, (PIS), (PASEP), Importação, Venda, Mercado Interno, Produto, Cesta de Alimentos Básicos, Adquirente, Desconto, Contribuição, Crédito Presumido, Percentagem, Valor, Aquisição.

## Tramitação:

### 08/03/2013 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA*

*Ação: Este processo contém 03 (três) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).*

*À SSCLCN.*

*Publicação em 08/03/2013 no DOU Página(s): 1 - 2 Edição extra*

### 11/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA*

*Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória nº 609/2013:*

*-Publicação no DOU: 8-3-2013;*



- Designação da Comissão: em até 48 horas após publicação;
- Instalação Prevista da Comissão: 24 horas após designação;
- Emendas: até 14-3-2013;
- Prazo na Comissão: \*;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 4-4-2013 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 4-4-2013;
- Prazo no SF: de 5-4-2013 a 18-4-2013 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 18-4-2013;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 19-4-2013 a 21-4-2013 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 22-4-2013 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 6-5-2013 (60 dias).

*\*Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.*

#### **12/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO**

*Situação: AGUARDANDO LEITURA*

*Ação: Juntada a Mensagem nº 17, de 2013-CN (nº 82/2 013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 609, de 8 de março de 2013 (DOU de 8/3/2013-Ed.Extra), incluindo a legislação citada, às fls. 4 a 34.*

#### **12/03/2013 - SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO**

*Ação: Ao Plenário para leitura, designação da comissão mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.*

#### **12/03/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Ação: A Senhora Presidente da República adotou, em 8 de março de 2013, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a presente Medida Provisória.*

*Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:*

*Senadores*

*Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)*

*Titulares*

*Eunício Oliveira*

*Francisco Dornelles*

*Sérgio Petecão*

*Paulo Davim*

*Ricardo Ferraço*

*Suplentes*

*Ana Amélia*

*Kátia Abreu*

*Romero Jucá*

*Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)*

*Titulares*

*José Pimentel*

*Ana Rita*

*Paulo Paim*

*Lídice da Mata*

*Suplentes*

*Humberto Costa*

*Angela Portela*

*Vanessa Grazziotin*

*Eduardo Lopes*

*Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)*

*Titulares*

*Lúcia Vânia*

*Aloysio Nunes Ferreira*

*José Agripino*

*Suplentes*

*Wilder Moraes*

*Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)*

*Titular*

*Eduardo Amorim*

*Gim*

*Suplentes*

*Alfredo Nascimento*

*João Costa*

*\*PSOL*

*Titular*

*Randolfe Rodrigues*

*Deputados*

*PT*

*Titulares*

*José Guimarães*

*Valmir Assunção*

*Suplentes*

*Sibá Machado*

*Luiz Couto*

*PMDB*

*Titulares*

*Eduardo Cunha*

*Marcelo Castro*

*Suplentes*

*Antônio Andrade*

*Darcísio Perondi*

*PSD*

*Titulares*

*Eduardo Sciarra*

*Eleuses Paiva*

*Suplentes*

*Guilherme Campos*

*Heuler Cruvinel*

*PSDB*

*Titular*

*Carlos Sampaio*

*Suplente*

*João Campos*

*PP*

*Titular*

*Arthur Lira*

*Suplente*

*Roberto Britto*

*DEM*

*Titular*

*Ronaldo Caiado*

*Suplente*

*Mendonça Filho*

*PR*

*Titular*

*Anthony Garotinho*

*PSB*

*Titular*

*Beto Albuquerque*

*Suplente*

*Glauber Braga*

*PDT*

*Titular*

*André Figueiredo*

*Suplente*

*Ângelo Agnolin*

*PTB*

*Titular*

*Jovair Arantes*

*Suplente*

Antonio Brito

\*PSL

Titular

Dr. Grilo

---

\* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Calendário de tramitação conforme BAL do dia 11.03.2013.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das lideranças:

-Ofício nº 45/2013, da Liderança do PT e Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal;

-Ofício nº 57/2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL no Senado Federal;e

-Ofício nº 88/2013, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

Publicação em 13/03/2013 no DSF Página(s): 9355 - 9357

**13/03/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

Ação: Recebido neste órgão às 09:05 hs.

**13/03/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

Ação: À SACM.

**13/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido neste Órgão, às 9h45.

**13/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Nota Técnica nº 13/2013, da Consultoria de Adequação Orçamentária e Financeira do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls.47 e 48).

**14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 20 de março de 2013 (juntada Convocação à fl. 49).

**14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Juntada cópia do Ofício nº 204 (CN), do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, a composição e o calendário de tramitação da MPV nº 609, de 2013 (fl. 50).

**14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Presidência designa o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, para integrar a Comissão Mista, conforme o Ofício nº 104, de 2013, do Líder do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB na Câmara dos Deputados (juntado à fl. 51).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 9963

**14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Anexada Mensagem nº 89 de 2013, lida na Sessão do Senado Federal de 14.03.2013, da Presidência da República, informando, em aditamento à Mensagem nº 82 de 2013, a Medida Provisória nº 609, de 2013, foi retificada, conforme publicação feita no Diário Oficial da União de 13 de março de 2013, Edição Extra. (anexada às fls. 52 a 54).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10204 - 10206

#### 14/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: A Presidência designa para integrar a Comissão Mista:

- a Deputada Carmen Zanotto, como membro titular, e o Deputado Sarney Filho, como membro suplente, conforme Ofício nº 45/2013, da Liderança do PV na Câmara, lido na sessão do Senado do dia 14/03/2013 (anexado à fl. 55); e

- os Deputados Paulo Teixeira e Vanderlei Siraque, como membros titulares, em substituição aos Deputados José Guimarães e Valmir Assunção; e os Deputados Jesus Rodrigues e Paulão, como membros suplentes, em substituição aos Deputados Sibá Machado e Luiz Couto, conforme Ofício nº 207/2013, da Liderança do PT na Câmara, lido na sessão do Senado do dia 14/03/2013 (anexado à fl. 56).

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10204

Publicação em 15/03/2013 no DSF Página(s): 10202

#### 15/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 128 (cento e vinte e oito) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Laércio Oliveira 001; 004; Deputado Onofre Santo Agostini 002; Senadora Kátia Abreu 003; Senadora Aécio Neves 005; Deputado Raul Lima 006; Deputado Eduardo Sciarra 007; 008; Senador Inácio Arruda 009; Deputado Newton Lima 010; 011; 012; 116; Deputado Arnaldo Faria de Sá 013; 071; 072; Deputado Vanderlei Siraque 014; 015; 016; Deputado Walter Ihoshi 017; Deputado Nilmar Ruiz 018; Deputada Carmen Zanotto 019; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 020; 021; 022; 023; 024; 025; 026; Deputado Fábio Trad 027; 028; Deputado Jovair Arantes 029; Senador Blairo Maggi 030; 031; 032; Deputado Osvaldo Reis 033; Senador Flexa Ribeiro 034; Deputado Nelson Marchezan Junior 035; 036; 037; Deputado Marcos Montes 038; 039; 040; 041; 042; 043; 044; Senador Aloysio Nunes Ferreira 045; Deputado Mandetta 046; Deputado Eduardo Cunha 047; Deputado Júlio Cesar 048; Deputado Mendonça Filho 049; 050; 051; 052; 053; 055; Deputado Nilson Leitão 054; Senador Acir Gurgacz 056; 057; Deputado Izalci 058; Deputada Mara Gabrilli e outros 059; Deputado Otávio Leite e outros 060; 061; Deputado Lelo Coimbra 062; 076; 077; 078; 079; 080; 081; Deputado Félix Mendonça Júnior 063; 064; 065; 066; Senadora Vanessa Grazziotin 067; 084; Deputada Gorete Pereira 068; 069; 070; Deputado Davi Alves Silva Junior 073; Senador José Agripino 074; Senador Rodrigo Rollemberg 075; Deputado Assis Carvalho 082; 083; Deputado Arthur Oliveira Maia 085; 086; 087; 088; 089; Deputado Domingos Dutra 090; Deputado Arnaldo Jardim 091; 092; 093; Deputado Ronaldo Caiado 094; 095; Deputado Carlos Souza 096; Deputado Adrian 097; Deputado Paulo Abi-Ackel 098; Deputado Sérgio Zveiter 099; Senador Francisco Dornelles 100; Deputado Valmir Assunção e OUTROS 101; Deputado Sandro Mabel 102; 103; 105; 106; Senador Sérgio Souza 104; Deputada Rosane Ferreira 107; Deputado Moreira Mendes 108; 109; 110; 111; 112; 113; 114; Deputado Cláudio Cajado 115; Deputado Luis Carlos Heinze 117; Deputado Betinho Rosado 118; Deputado Irajá Abreu 119; Deputado Alfredo Kaefer 120; 121; 122; 123; 124; 125; Senadora Lúcia Vânia 126; 127; 128. (anexadas às fls. 57 a 287).

#### 18/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Anexadas:

- Emenda nº 74 com a assinatura do autor, Senador José Agripino, em substituição à cópia assinada eletronicamente (fls. 288 e 289).

- Emendas nº 111 e nº 114, com a assinatura do autor, Deputado Moreira Mendes, em substituição às cópias assinadas eletronicamente (fls. 290 a 293).

**19/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO*

*Ação: Anexadas, em substituição às cópias assinadas eletronicamente:*

- *Emenda nº 34 com a assinatura do autor, Senador Flexa Ribeiro (fls.294);*
- *Emenda nº 116 com a assinatura do autor, Deputado Newton Lima (fls.295 e 296);*
- *Emendas nº 102, 103, 105 e 106 com a assinatura do autor, Deputado Sandro Mabel (fls.297 a 300);*
- *Emenda nº 82 com a assinatura do autor, Deputado Assis Carvalho (fls.301 e 302);*
- *Emenda nº 101 com a assinatura dos autores, Deputados Valmir Assunção e Marcon (fls. 303 a 305);*
- *Emenda nº 115 com a assinatura do autor, Deputado Cláudio Cajado (fls.306 e 307).*

**20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO*

*Ação: A Presidência designa para integrarem a Comissão Mista:*

- *como membro suplente, o Senador Flexa Ribeiro, conforme o Ofício nº 96/2013, da Liderança do PSDB no Senado Federal, lido na Sessão do Senado em 19/03/2013 (anexado à fl. 308);*
- *como membros titulares, os Deputados Colbert Martins e Edinho Araújo, em substituição aos Deputados Eduardo Cunha e Marcelo Castro; e, como membro suplente, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Antônio Andrade, conforme o Ofício nº 261/2013, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 309 e 310);*
- *como membros titulares, os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá e Lobão Filho, conforme o Ofício nº 127/2013, da Liderança do PMDB no Senado, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 311 e 312).*

**20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO*

*Ação: Recebido Ofício nº 262/2013 da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, sugerindo a indicação do Deputado Edinho Araújo como Relator da Medida Provisória (anexado à fl. 313).*

**20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Nesta data é realizada a 1ª Reunião da Comissão. Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, a Senadora Ana Rita e o Deputado Paulo Teixeira, e designados Relator e Relator Revisor, respectivamente, o Deputado Edinho Araújo e o Senador Lobão Filho (anexada Lista de Presença da Reunião às fls. 314 e 315).*

*Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 1/MPV609-2013, dos Senadores José Pimentel e Ana Rita, Presidente Eventual e Presidente Eleita da Comissão, comunicando o resultado da 1ª Reunião (anexado à fl. 316).*

**20/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Presidência designa:*

- *o Senador Blairo Maggi, como membro suplente, em substituição ao Senador João Costa, para integrar a Comissão, conforme Ofício nº 69/2013, da Liderança do Bloco União e Força, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 317 e 318);*
- *os Deputados Irajá Abreu e Moreira Mendes, como membros titulares, e Walter Ihoshi e Roberto Santiago, como membros suplentes, para integrar a Comissão, conforme Ofício nº 377/2013, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 20/03/2013 (anexado às fls. 319 e 320).*



**21/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Anexados avulsos da matéria e das emendas apresentadas (fls. 321 a 586).*

**21/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado André Figueiredo, e o Deputado Salvador Zimbaldi, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ângelo Agnolin, para integrarem a Comissão Mista, conforme o Ofício nº 94 de 2013, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado em 21/03/2013 (Anexado às fls. 587 a 588).*

*Publicação em 22/03/2013 no DSF Página(s): 11909*

**27/03/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Presidência designa o Senador Flexa Ribeiro, como membro titular, em substituição ao Senador José Agripino, para integrar a Comissão, em vaga cedido pelo Democratas, conforme os Ofícios nº 20, de 2013, da Liderança do Democratas, e 102, de 2013, da Liderança do PSDB, no Senado Federal, lidos na Sessão do Senado em 26/03/2013. (fls. 589 a 591)*

*Publicação em 27/03/2013 no DSF Página(s): 13161*

**04/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Anexada Nota Técnica nº 13/2013, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 592 e 593).*

**05/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Convocada Reunião da Comissão Mista para o dia 09 de abril de 2013 (convocação anexada à fl. 594).*

**09/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Nesta data é realizada a 2ª Reunião da Comissão.*

*É aprovada a Ata da 1ª Reunião.*

*É aprovado o Requerimento nº 1-MPV 609/2013 (Plano de Trabalho), de autoria do Deputado Edinho Araújo, solicitando a realização de audiência pública para debater a matéria.*

*(Anexados Lista de Presença, Ata da 1ª Reunião e Requerimento nº 1-MPV 609/2013 às fls. 595 a 599)*

**15/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 17 de abril de 2013 (anexada Convocação à fl. 600).*

**17/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Nesta data é realizada a 3ª Reunião da Comissão, destinada à realização de Audiência Pública, com a presença dos seguintes participantes: João Hamilton Rech, Coordenador de Tributos sobre a Produção e o Comércio Exterior da Secretaria da Receita Federal do Brasil; Antonio Carlos Costa, Gerente do Departamento de Agronegócio – DEAGRO da FIESP; Klaus Curt Muller, Diretor-Executivo de Mercado Externo da Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e*



*Equipamentos – ABIMAQ/SINDIMAQ; e Marco Antônio dos Santos, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura do MAPA.*

*(Anexada lista de presença às fls. 601 e 602)*

**23/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Recebido Requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro solicitando a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir a matéria (anexado à fl. 603).*

**25/04/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Anexado Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, nº 24, de 2013, comunicando a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória pelo período de sessenta dias, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Res. 1/2012-CN e o § 7º do art. 62 da Constituição Federal; e cópia do Diário Oficial da União de 25 de abril de 2013, contendo a respectiva publicação (às fls. 321 e 322).*

\*\*\*\*\* Retificado em 25/04/2013\*\*\*\*\*

*Anexado Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, nº 24, de 2013, comunicando a prorrogação do prazo de vigência da Medida Provisória pelo período de sessenta dias, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Res. 1/2012-CN e o § 7º do art. 62 da Constituição Federal; e cópia do Diário Oficial da União de 25 de abril de 2013, contendo a respectiva publicação (às fls. 604 e 605).*

**02/05/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Presidência designa o Deputado Carlos Magno, como membro titular, em substituição ao Deputado Arthur Lira, para integrar a Comissão Mista, conforme Ofício nº 209/2013, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado em 02/05/2013 (fls. 606 a 608).*

**22/05/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: A Presidência designa, como membro titular, a Deputada Mara Gabrilli, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, e, como membro suplente, o Deputado Bruno Araújo, em substituição ao Deputado João Campos, para integrarem a Comissão Mista, conforme os Ofícios nº 531e 525, de 2013, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, respectivamente, lidos na Sessão do Senado em 22/05/2013 (anexados às fls. 609 a 611).*

*Publicação em 23/05/2013 no DSF Página(s): 28598 – 28599*

**29/05/2013 - SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 4 de junho de 2013 (Convocação juntada à fl. 612).*

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 215 DE 2012

*Autor: Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP*

*Insere a alínea “e” ao inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal, vedando a instituição de impostos sobre os itens que compõe a cesta básica de alimentos.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “e”:

“Art. 150 .....

.....

.....

VI – instituir imposto sobre:

e) itens da cesta básica de alimentos definidos em lei

.....”(NR)

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos tem como objetivo precípua vedar a incidência de impostos nos itens que compõem a cesta básica de alimentos.

Sabidamente, os tributos no Brasil incidem principalmente sobre o consumo, estando embutidos no preço das mercadorias, enquanto os tributos incidentes sobre as maiores rendas e riquezas arrecadam pouco. Os grandes exportadores de produtos agrícolas, que auferem consideráveis lucros, também estão isentos de impostos, enquanto isso, os alimentos destinados aos brasileiros são tributados, o que é extremamente oneroso e injusto com a maior parte da população brasileira.

O sistema tributário brasileiro é marcado pela regressividade, assim, aquele que ganha mais paga menos, e o que ganha menos, paga mais, o que torna a cobrança de impostos extremamente perversa do ponto de vista social, uma latente incoerência. Isso ocorre porque a carga tributária não considera a renda de quem compra o produto.

Dessa forma, com as devidas proporções, os mais pobres chegam a pagar o dobro em impostos em relação aos mais ricos.

Hoje, inúmeros brasileiros vivem em condições de indigência, de extrema pobreza. Assim, criar mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente dos produtos consumidos em larga escala, como é o caso da cesta básica pela população carente, é de fundamental importância.

A isenção de impostos dos produtos da cesta básica é uma forma do Estado brasileiro desonerar o trabalhador, que já é extremamente sacrificado com a carga tributária aplicada em nosso país, possibilitando ao trabalhador levar mais alimentos à sua mesa.

É válido ressaltar que a competência de legislar é função primordial desse Parlamento e, portanto, a definição de quais itens da cesta básica serão isentados da tributação, em todos os níveis de governo, deve ser amplamente debatida com os representantes da sociedade e o Poder Executivo por meio de regulamentação em lei a ser apreciada por este Congresso Nacional.

Isso posto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação desta proposta, a qual trará grande contribuição a população brasileira.

Sala das Sessões, em de outubro de 2012.

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

PSDB/SP

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=558906>

**Data de Apresentação:** 07/11/2012

**Ementa:** Insere a alínea "e" ao inciso VI, do art. 150, da Constituição Federal, vedando a instituição de impostos sobre os itens que compõe a cesta básica de alimentos.

**Indexação:** Alteração, Constituição Federal (1988), proibição, União Federal, Estados, Municípios, tributação, impostos, isenção fiscal, cesta básica, alimentos.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de Tramitação:** Especial

---

## Tramitação:

### 07/11/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição n. 215/2012, pelos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e outros, que: "Insere a alínea "e" ao inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal, vedando a instituição de impostos sobre os itens que compõe a cesta básica de alimentos".*

### 08/11/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Relatório de Conferência de Assinaturas da PEC 215/12.*

### 26/11/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário  
Regime de Tramitação: Especial*

### 26/11/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 27/11/2012.*

### 26/11/2012 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC.*

### 23/05/2013 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Andre Moura (PSC-SE)*

## PROJETO DE LEI, Nº 5.628 DE 2013

*Autor: Senado Federal - Ana Rita - PT/ES*

*Origem: Projeto de Lei do Senado, 395 de 2011*

*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos, de fabricação nacional ou fabricados em países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se agricultor familiar camponês, proprietário rural ou empreendedor familiar rural aquele que preenche os requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

§ 2º Para enquadrar-se no caput deste artigo, o agricultor familiar camponês ou o empreendedor familiar rural deverá ser posseiro, proprietário, assentado, meeiro, parceiro ou arrendatário.

§ 3º Para fins de comprovação do disposto no § 2º, o agricultor familiar camponês ou o empreendedor familiar rural deverá apresentar Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ou Contrato de Arrendamento Rural, de Meação ou de Parceria Agrícola, ou Escritura de Proprietário Rural, ou Certidão de Registro do Imóvel, devidamente registrado no cartório competente, ou, ainda, Concessão de Direito Real de Uso.

§ 4º Não se aplica ao posseiro agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural o disposto no § 3º.

§ 5º A isenção do IPI de que trata esta Lei inclui as operações de aquisição de pneus novos para máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões que já sejam de propriedade dos beneficiários previstos no caput.

Art. 2º A isenção de que trata o art. 1º será concedida na forma do regulamento, e será nula, para todos os efeitos, sendo o imposto devido com todos os acréscimos legais, se verificado o seguinte:

I – alienação, a pessoas físicas ou jurídicas que não satisfaçam às condições e aos requisitos estabelecidos no caput do art. 1º, de bem adquirido nos termos deste artigo antes de 2 (dois) anos contados da data de sua aquisição; ou

II – comprovação de uso do bem em atividade diversa da que justificou o benefício.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita, ainda, o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou de falta de pagamento do imposto devido.

Art. 3º A isenção do IPI especificada no art. 1º somente poderá ser utilizada 1 (uma) vez ao ano ou, ainda, excepcionalmente, nos casos em que ocorrer a destruição completa dos bens ou o seu desaparecimento por furto ou roubo.

Art. 4º É assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem empregados na industrialização dos produtos referidos nesta Lei.

Art. 5º O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos de série ou originais dos produtos adquiridos nos termos do art. 1º.

Art. 6º Para fins do disposto no inciso II do caput do art. 5º e no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta

Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal que acompanhar o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 7º A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 6º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de maio de 2013.

Senador Renan Calheiros

Presidente do Senado Federal.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=577928>

**Data de Apresentação:** 22/05/2013

**Ementa:** Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural.

**Indexação:** Isenção, IPI, agricultor familiar, empreendedor familiar rural, aquisição, máquina agrícola, equipamento agrícola, utilitário, trator, caminhão.

---

## Tramitação:

**22/05/2013** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Recebido o Ofício nº 1240, do Senado Federal, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 395, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, constante dos autógrafos em anexo, que "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural".*

**22/05/2013** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 5628/2013, pelo Senado Federal, que: "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural".*

## PROJETO DE LEI, Nº 5.629 DE 2013

*Autor: Rogério Carvalho - PT/SE*

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. As declarações de qualidades ou características nutritivas de um alimento:

I – só poderão ser mencionadas na rotulagem em consonância com a classificação constante do respectivo padrão de identidade e qualidade;

II – ficarão contidas exclusivamente no espaço reservado à rotulagem nutricional obrigatória e serão escritas em caracteres com o mesmo tamanho atribuído às demais informações ali existentes;

III – não poderão receber qualquer destaque promocional.

.....

..... (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias da data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Vê-se que a Proposta visa impedir que os fabricantes de produtos alimentícios se utilizem de determinados atributos para vender produtos de baixa qualidade nutricional, induzindo o consumidor ao erro.

Cabe salientar que o direito do consumidor à informação nutricional é preservado. Este Projeto impede tão somente o uso inapropriado de características nutritivas como meio de promover a venda de produtos alimentícios.

Por sua vez, em função dos altos índices de obesidade encontrados no Brasil e no mundo, têm se investigado muito a relação entre obesidade e hábito alimentar. Assim, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), no ano de 2008-2009, realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, veio constatar tal fato, apontando que aproximadamente 50% dos brasileiros estão acima do peso. Destes, cerca de 15% são obesos.

Ademais, averiguou-se que maior parte dessas pessoas são de uma classe econômica mais elevada, localizadas nos centros urbanos, principalmente nas regiões sudeste e sul do Brasil.

Aguardo apoio dos meus Pares para viabilizar o Projeto, que foi inicialmente proposto pelo senador Tiao Viana, mas encontra-se arquivado.

Com efeito, por reputar de valioso mérito, estou apresentando-o.

Sala das Sessões, em

Deputado ROGERIO CARVALHO

PT/SE

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=578021>

**Data de Apresentação:** 22/05/2013

**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos.

**Indexação:** Alteração, decreto-lei federal, proibição, destaque, informação, qualidade, alimento, embalagem, publicidade.

---

## Tramitação:

**22/05/2013 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 5629/2013, pelo Deputado Rogério Carvalho (PT-SE), que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos."*



## PROJETO DE LEI, Nº 3.530 DE 2008

*Autor: Mendonça Prado - DEM /SE*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os fabricantes de produtos químicos, de produtos de limpeza, em geral, e de medicamentos, ficam proibidos de comercializá-los de forma diferente daquela que garante o armazenamento do seu produto em recipientes que sejam fechados com tampas especiais de segurança.

Art. 2º As referidas tampas, cuja embalagem contenha produtos químicos, de limpeza ou quaisquer outros de uso doméstico, devem conter um mecanismo especial que dificulte sua abertura já que, se ingeridos, podem provocar graves danos à saúde.

Art. 3º As embalagens referidas nos parágrafos acima devem ser à prova de crianças e de pessoas que possuam debilidade ou incapacidade mental que não lhe garanta o discernimento para dirimir sobre a nocividade do produto contido nesses recipientes.

Art. 4º Cabe ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade – INMETRO determinar as especificações técnicas que as embalagens em questão devem seguir, visando proporcionar o máximo de segurança e complexidade na abertura dos referidos produtos.

Parágrafo único. O INMETRO terá o prazo de 6 (seis) meses para regulamentar as especificações técnicas que os fabricantes deverão seguir na fabricação de seus produtos.

Art. 5º Considera-se empresa ou fabricante a pessoa jurídica que, legalmente registradas, produza os produtos químicos, produtos de limpeza e medicamentos nesta mencionados.

Art. 6º O fabricante que não se adaptar à presente norma terá sua licença de funcionamento caçada.

Art. 7º Além das sanções acima dispostas, os fabricantes também serão responsabilizados penal e civilmente pelos danos causados à pessoa que ingerir um produto que esteja fora dos padrões determinados pelo INMETRO.

Art. 8º A partir da publicação da presente lei revogam-se quaisquer disposições em contrário.

Art. 9º A presente lei entrará em vigor à partir da data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Substâncias nocivas à saúde são embaladas sem a menor preocupação com a segurança. Crianças e pessoas incapazes mentais acabam por ingerir o seu conteúdo indiscriminadamente, sem a mínima noção de que podem estar correndo grande risco de morte. Com o intuito de abolir a ocorrência desse tipo de acidente doméstico é que o presente projeto de lei vem a ser apresentado.

Essa preocupação, apesar de muitos apenas a ignorarem, aumenta a cada dia, e, mesmo com inúmeros regulamentos e normas versando sobre o tema, os produtores colocam à venda esse tipo de produto sem ter a devida atenção. Comercializa sem qualquer preocupação e prudência colocando em risco a integridade física de mais e mais cidadãos.

Atenção maior deve ser despendida ao incapaz, nos termos da legislação brasileira, seja ele um indivíduo com incapacidade civil, seja ele um indivíduo com incapacidade mental.

As crianças são as principais vítimas fatais desse acidente tão comum. São elas que, enquanto desbravam os enigmas desse mundo novo do qual começam a fazer parte, acabam por ingerir um produto que salta aos olhos por ser de cor diferente, ter odor diferente e etc.

Como não ser atraído por tamanha novidade? Como resistir a algo novo que está à sua frente, tangível, pronto para ser explorado?

Ela não tem formação mental suficiente para saber que aquilo, apesar de tantos atrativos, pode lhe fazer muito mal. Não pode dirimir e não tem o conhecimento suficiente para saber que aquele líquido cheiroso, aquela bolinha colorida, não lhe trará nenhum benefício e nem saciará sua vontade. Sendo assim, devemos primar pela integridade de nossas crianças e, também, de nossos doentes mentais.

Para tanto, a presente lei versará sobre a obrigatoriedade da adoção dessas medidas e também sobre a punição, seja penal ou civil, que será cominada aos produtores que desrespeitarem o que venha a ser aprovado e convertido em Lei. Assim, a impunidade será combatida e, em contrapartida, diminuiremos os índices de acidentes domésticos envolvendo incapazes e os produtos nocivos.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=398967](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=398967)

**Data de Apresentação:** 10/06/2008

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tampa especial de segurança, pelos fabricantes, em embalagens de produtos químicos, de limpeza e de remédios.

**Indexação:** Obrigatoriedade, fabricante, produto químico, produto de limpeza, medicamento, acondicionamento, produto, segurança, criança, pessoa portadora de deficiência, deficiente mental, (Inmetro), especificação, normas técnicas, embalagem, penalidade, infrator, cassação, licença, funcionamento, responsabilidade penal, responsabilidade civil, danos, vítima.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de Tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**10/06/2008** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Mendonça Prado (DEM-SE).*

**13/06/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Defesa do Consumidor; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**13/06/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**17/06/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD 18 06 08 PAG 27413 COL 02.*

**18/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Recebimento pela CDC.*

**18/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)*

**19/06/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 20/06/2008)*

**03/07/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**06/11/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDC, pelo Dep. Fernando de Fabinho*

**06/11/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA), pela aprovação deste.*

**03/12/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**03/12/2008** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Devolvido ao Relator, Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)*

**17/03/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI)*

**13/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**13/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer do Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2008 da CDC, com substitutivo.*

**14/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 15/05/2009)*

**27/05/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**03/06/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**05/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Vista conjunta aos Deputados Dr. Nechar e Julio Semeghini*

**11/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo de Vista Encerrado*

**19/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**21/08/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Devolvido ao Relator, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI)*

**14/10/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 3 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Discutiram a Matéria: Dep. Ana Arraes (PSB-PE) e Dep. Celso Russomanno (PP-SP).*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CDC, pelo Dep. Elizeu Aguiar*

**04/11/2009** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Parecer com Complementação de Voto, Dep. Elizeu Aguiar (PTB-PI), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2008 da CDC, com substitutivo*

**25/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**25/11/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**25/11/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Recebimento pela CDEIC.*

**30/11/2009** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor publicado no DCD de 01/12/09, Letra A.*

**08/12/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Jairo Carneiro (PP-BA)*

**09/12/2009** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 10/12/2009)*

**03/02/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**06/04/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Devolvida sem Manifestação.*

**14/04/2010** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Uldurico Pinto (PHS-BA)*

**28/01/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Devolvida sem Manifestação.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**03/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apresentação do REQ 50/2011, pelo Dep. Mendonça Prado, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**15/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-50/2011.*

**16/03/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Designado Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)*

**18/03/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2011)*

**05/04/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**14/07/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ).*

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), pela rejeição deste, e da Emenda 1/2008 da CDC.*

*Devolvido ao Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ)*

**02/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CDEIC, pelo Deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ).*

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), pela rejeição deste, da Emenda nº 1/2008, apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, e da Emenda nº 1/2011, apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.*

**10/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Retirado de pauta de Ofício.*

**17/08/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Retirado de pauta de Ofício.*

*Designado Relator Substituto, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE)*

**15/12/2011** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDEIC, pelo Deputado José Augusto Maia (PTB-PE).*

*Parecer do Relator, Dep. José Augusto Maia (PTB-PE), pela rejeição deste, da Emenda 1/2008 apresentada na Comissão de Defesa do Consumidor, da Emenda 1/2011 apresentada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e do Substitutivo apresentado na Comissão de Defesa do Consumidor.*

**14/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**21/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**28/03/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**18/04/2012** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Discutiram a Matéria: Dep. João Maia (PR-RN) e Dep. José Augusto Maia (PTB-PE).*

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**19/04/2012** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC.*

**19/04/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**20/04/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Recebido o Of. n. 77/2012-CDEIC, comunicando que o PL n. 3.30/2008 recebeu pareceres divergentes na CDEIC e na CDC.*

**08/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 3.530/2008, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, inciso II, alínea "g", do RICD. Publique-se. Oficie-se.*

**14/05/2012** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apense-se a este(a) o(a) PL-3707/2012.*

**03/04/2013** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)*

**29/05/2013** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).*

*Parecer do Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda 1/2008 da CDC, da Emenda 1/2011 da CDEIC, do Substitutivo 3 da CDC, e do PL 3707/2012, apensado, com substitutivo.*

## PROJETO DE LEI, Nº 5.641 DE 2013

*Autor: Walter Feldman - PSDB/SP*

*Estabelece a obrigatoriedade de que o leite, o iogurte e as bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano sejam enriquecidos com vitamina D.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a obrigatoriedade do enriquecimento com vitamina D do leite, do iogurte e das bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano.

Art. 2º O leite, o iogurte e as bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano deverão ser enriquecidos com vitamina D.

§ 1º A captação de recursos para a aquisição de equipamentos e produtos necessários ao enriquecimento de que trata o caput poderá ser feita mediante financiamento concedido por estabelecimentos de crédito oficiais, de acordo com as exigências aplicáveis.

§ 2º As dosagens de adição de vitamina D, observados, entre outras condições específicas, o teor natural preexistente da substância e a viabilidade econômico-financeira da medida, constarão de decreto do Presidente da República destinado a regulamentar esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A exposição ao sol, própria do ambiente natural onde se desenvolveu o organismo humano, constitui-se na principal fonte capaz de prover a quantidade da vitamina D suficiente para suprir as necessidades fisiológicas na ausência de suplementação oral. Todavia, e a despeito de sermos um dos países com maior exposição solar do mundo, expressiva parcela da população brasileira sofre com baixos índices de vitamina D. Em boa parte, porque as fontes alimentares são irrisórias.

Por meio de diversos estudos realizados, evidenciados inclusive no best seller de Michael F. HOLICK (Vitamina D: Como um tratamento tão simples pode reverter doenças tão importantes. 1ª Edição. Editora Fundamento, 2012. 352 páginas), demonstrou-se que a vitamina D atua como importante forma de prevenção, tratamento e até mesmo cura de diversas patologias, das mais variadas espécies, desde doenças ósseas a distúrbios mentais e psicológicos.

O raquitismo era uma doença muito comum nos séculos posteriores à Revolução Industrial, quando as cidades europeias passaram a ter prédios altos e próximos, restringindo a passagem da luz solar. Além de serem poluídas. Essa moléstia leva a diversas deformações ósseas e à limitação do desenvolvimento do esqueleto, sobretudo durante a infância. Uma de suas causas é a carência de vitamina D, que se revelou valiosa ajudante no tratamento de outras doenças ósseas, como a osteoporose.

Os riquíssimos estudos apresentados na obra de Michael F. Holick, demonstram que a vitamina D é também preciosa no combate ao câncer. Estudos liderados por este expoente na área indicam ainda que a vitamina D ajuda no tratamento de doenças cardíacas, tais como a hipertensão e o tromboembolismo venoso (TVE). No caso da primeira patologia, a vitamina D ajuda a provocar o relaxamento das veias e artérias e, assim, trazer a pressão de volta a níveis normais.

Constata-se que a fixação doses regulares de vitamina D ajuda ainda a prevenir a ocorrência de doenças autoimunes de considerável gravidade. Talvez o maior exemplo neste grupo seja o caso da esclerose múltipla, que encontra um cenário favorável para sua ocorrência quando as taxas de vitamina D até os 15 anos de idade são demasiadamente baixas (HOLICK, op. cit., p. 138-142).



Conforme a obra em referência, índices adequados de vitamina D igualmente ajudam na prevenção e no tratamento de doenças mentais e psicológicas, tais como o mal de Alzheimer e a depressão. Estudos indicam que a maioria das pessoas acometidas por essas patologias também apresentam baixos índices de vitamina D.

Inicialmente considerada como uma simples vitamina, a substância em questão foi a seguir reclassificada como um hormônio esteroide, mas os estudos que se acumularam nos últimos anos têm levado ao reconhecimento de que se trata, na realidade, de uma substância sem igual. Seu metabolismo único, associado ao seu papel fisiológico fundamental, profundo e amplo no organismo humano, faz com que seja atualmente reconhecida como uma substância que constitui uma classe em separado (da qual é a única representante), diversa das demais classes de substâncias biologicamente ativas, que continua descortinando novas e cada vez mais surpreendentes funções em nosso organismo. Não obstante, a denominação “vitamina D” foi consagrada, e permanece em uso mesmo no meio científico.

Paralelamente, estudos epidemiológicos demonstraram que a deficiência da vitamina D é desastrosa para a saúde pública e causa determinante de aumento nos gastos públicos e privados, além de ser extremamente prevalente nas populações urbanas, mesmo em países tropicais. Como exemplo, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP) verificaram, em 2010, que o percentual da população paulistana afetada atinge 77% no inverno e 40% no verão ([http://www.clinicalnutritionjournal.com/article/S0261-5614\(10\)00111-1/abstract](http://www.clinicalnutritionjournal.com/article/S0261-5614(10)00111-1/abstract)).

No âmbito internacional, verifica-se a progressiva conscientização da população leiga, e mesmo da classe política. Um caso merece especial registro. Na Escócia, considerado o país de mais alta incidência de esclerose múltipla, em decorrência do limitado período de dias ensolarados, verificou-se a surpreendente iniciativa de um garoto com apenas 14 anos de idade: Ryan McLaughlin.

Em 2009, inspirado pelas advertências do Prof. Holick, com a finalidade de prevenir a incidência da esclerose múltipla no país, o jovem liderou uma campanha pública de conscientização direcionada aos cidadãos e ao parlamento escocês sobre a importância da suplementação de vitamina D para a população. O agente motivador dessa ação foi a mãe do rapaz (Sra. Kirsten McLaughlin), ex-campeã europeia de taekwondo, ter sido diagnosticada como portadora de esclerose múltipla em 2007. O jovem Ryan recebeu o prêmio de “Orgulho da Grã-Bretanha” de 2010 (Pride of Britain Award. [http://www.prideofbritain.com/contentpages/winners/2010/ryan\\_mclaughlin.aspx](http://www.prideofbritain.com/contentpages/winners/2010/ryan_mclaughlin.aspx)).

Em face de todos os benefícios propiciados, evidenciados em estudos e pesquisas realizadas na área, o presente projeto de lei busca criar oportunidades para que a população brasileira, especialmente sua parcela com maior carência nutricional, tenha fontes garantidas de vitamina D. Estas seriam o leite, o iogurte e as bebidas lácteas que consome. Dessa forma, possibilitaremos a prevenção de diversas moléstias e o fortalecimento do estado geral de saúde do brasileiro.

A proposição prevê que a captação de recursos para a aquisição de equipamentos e produtos necessários ao enriquecimento do leite e seus derivados com a substância poderá ser feita mediante financiamento concedido por estabelecimentos de créditos oficiais, de acordo com as exigências aplicáveis.

Atribui-se a decreto, ato regulamentador da lei, a definição das dosagens de adição da vitamina D, observados, entre outras condições específicas, o teor natural preexistente da substância e a viabilidade econômico-financeira da medida.

Por oportuno, a fixação da tarefa ao Presidente da República não caracteriza ofensa ao princípio da separação de Poderes, porquanto o constituinte foi quem lhe atribuiu competência privativa de expedir decretos e regulamentos para fiel execução da lei (art. 84, IV, da Carta Magna). É unicamente o que se demanda. Naturalmente, o chefe do Executivo fará uso da estrutura desse Poder, especialmente do Ministério da Saúde, para cumprir o mister.

Por fim, necessário frisar que é com extrema responsabilidade que trazemos a proposição ao crivo parlamentar. Tivemos o cuidado de buscar informações abalizadas. A despeito de fazermos reiteradas referências à obra do Prof. Holick, expoente na matéria, esta não foi a única a ser consultada. Relacionamos a seguir as publicações que nos inspiraram:

1. Holick MF, Chen TC (2008). Vitamin D deficiency: a worldwide problem with health consequences. *American Journal of Clinical Nutrition*, Vol 87(4), p:1080S-6S.

2. Holick MF, Chen, TC, Lu Z, Sauter E (2007). Vitamin D and Skin Physiology: A D-Lightful Story. *Journal of Bone and Mineral Research*, Vol 22(s2), p: 8–V33.

3. Santos BR, Mascarenhas LPG, Satler F, Boguszewski MCS, Spritzer <http://www.biomedcentral.com/1471-2431/12/62/> - ins1 PM (2012). Vitamin D deficiency in girls from South Brazil: a cross-sectional study on prevalence and association with vitamin D receptor gene variants. BMC Pediatrics Vol 12, p 62.
4. Peters BS, dos Santos LC, Fisberg M, Wood RJ, Martini LA (2009). Prevalence of vitamin D insufficiency in Brazilian adolescents. Annals Of Nutritional and Metabolism Vol 54(1), p 15-21.
5. Bandeira F, Griz L, Dreyer P, Eufrazino C, Bandeira C, Freese E (2006). Vitamin D Deficiency: A Global Perspective. Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabolismo, Vol 50(4), p 641-646.
6. Unger DM, Cuppari L, Titan CM, Magalhães MCT, Sassaki AL, Reis LM, Jorgetti V, Moysés A (2010). Vitamin D status in a sunny country: Where has the sun gone? Clinical Nutrition 29, p 784-788.
7. Martini LA, Verly E, Marchioni DML, Fisberg RM (2013). Prevalence and correlates of calcium and vitamin D status adequacy in adolescents, adults, and elderly from the Health Survey - São Paulo. Nutrition, no prelo.
8. Grant WB, Holick MF (2005). Benefits and requirements of vitamin D for optimal health: a review. Alternative Medicine Review, Vol 10(2), p 94-111.
9. Binkley N, Novotny R, Krueger D, Kawahara T, Daida YG, Lensmeyer G, Hollis WB, Drezner MK (2007). Low Vitamin D Status despite Abundant Sun Exposure. The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism, Vol 92(6). P 2130–2135.

Considerando a extrema relevância do tema tratado neste Projeto de Lei, questão de saúde pública merecedora de atenção e cuidado, que traz reflexos diretos no dispêndio estatal na área, peço o apoio dos nobres Deputados para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado WALTER FELDMAN

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=578281>

**Data de Apresentação:** 23/05/2013

**Ementa:** Estabelece a obrigatoriedade de que o leite, o iogurte e as bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano sejam enriquecidos com vitamina D.

**Indexação:** Obrigatoriedade, vitamina D, derivado, leite, iogurte, consumo humano.

---

## Tramitação:

**23/05/2013 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 5641/2013, pelo Deputado Walter Feldman (PSDB-SP), que: "Estabelece a obrigatoriedade de que o leite, o iogurte e as bebidas lácteas, em todas as suas variações, destinados ao consumo humano sejam enriquecidos com vitamina D".*

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, Nº 809 DE 2012

*Autor: Antonio Carlos Mendes Thame – PSDB/SP e Reinaldo Azambuja – PSDB/MS*

*Susta a eficácia do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, que visa desautorizar, em caráter cautelar, a modalidade de aplicação por pulverização aérea, em todo o território nacional, dos agrotóxicos que contenham o ingrediente ativo Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil, isoladamente ou em misturas com outros ingredientes ativos.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Ao baixar o Comunicado, de 19 de julho de 2012, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) restringiu o uso dos agrotóxicos que contenham o ingrediente ativo Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina ou Fipronil, na modalidade de aplicação por pulverização aérea, necessários ao controle parasitário do percevejo nas culturas de algodão, arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo.

A revogação do uso das substâncias, já autorizadas nacionalmente e amplamente usadas na agricultura, mostrou-se tão precipitada e intempestiva que a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o IBAMA revogaram parcial e temporariamente as restrições por meio do Ato n.º 1, de 2 de Outubro de 2012, para culturas de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo. Afinal, não há estudos no Brasil que comprovem ou justifiquem o risco iminente à flora, a fauna ou a seres humanos.

A proibição do uso das substâncias na aplicação aérea trará prejuízos imensos na safra 2012/13. Atualmente aproximadamente 27% do controle de percevejos da área de soja do Brasil é efetuado por aplicação aérea, e não há como substituir de imediato pela modalidade terrestre, o que poderá causar perdas de até 4,2 milhões de toneladas na safra 2012/13, ou seja, prejuízos aproximados de R\$ 5,92 bilhões. Além do mais, os prejuízos podem ser ainda maiores, já que a partir de agora, os produtores podem ser notificados e multados.

Assim sendo, e no uso das atribuições que o art. 49, V, da Constituição Federal confere ao Congresso Nacional, para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar, ou dos limites da delegação legislativa – e, nesse caso, criem o risco de afetar seriamente a economia rural – é que vimos propor o presente projeto de decreto legislativo, solicitando o valioso apoio de nossos nobres pares desta Casa para a sua aprovação, garantindo, assim, a continuidade das atividades dos nossos agricultores que alimentam o País.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2012.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

Deputado Reinaldo Azambuja

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563506>

**Data de Apresentação:** 12/12/2012

**Ementa:** Susta a eficácia do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**Indexação:** Sustação, comunicado, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), restrição, aplicação, agrotóxico.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de Tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

### 12/12/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo n. 809/2012, pelos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e outros, que: "Susta a eficácia do Comunicado, de 19 de julho de 2012, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis".*

### 16/01/2013 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de*

*Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;*

*Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário*

*Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor*

*Às Comissões de*

*Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;*

*Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário*

*Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor*

*Às Comissões de*

*Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;*

*Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD)*

*Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário*

*Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor*

### 05/02/2013 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 06/02/2013.*

**07/02/2013** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**07/03/2013** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designado Relator, Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP)*

**29/05/2013** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP).*

*Parecer do Relator, Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP), pela aprovação.*

## PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 738 DE 2011

*Autor: Marcelo Crivella*

*Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997:

“Art. 3º .....

.....  
*Parágrafo único. O financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão terá taxas de juros inferiores em, pelo menos, 1 (um) ponto percentual, relativamente aos encargos financeiros aplicados aos demais sistemas de irrigação.” (NR)*

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O consumo de água por habitante vai além das quantidades utilizadas no dispêndio doméstico, e está muito além do volume utilizado no banho, na irrigação do jardim e na lavagem do carro, da roupa ou da louça.

Cada produto consumido deixa para trás uma pegada hídrica, equivalente à quantidade de água utilizada direta ou indiretamente no processo produtivo. Os produtos agrícolas que chegam às mesas de todas as partes do mundo, pelas suas características orgânicas, estão entre os que mais demandam água para sua produção.

Pesquisas demonstram que é muito elevado o consumo de água necessário para a produção de uma tonelada de carne, feijão ou arroz. No entanto, esse consumo pode se reduzir de forma extremamente significativa nas lavouras irrigadas, quando se utilizam equipamentos de aplicação de baixa vazão e alta frequência, capazes de alcançar eficiência superior a 90%.

Dentre os sistemas de irrigação, os por gotejamento e por microaspersão se apresentam como os mais eficientes, agregando as vantagens ambientais relativas à redução da pegada hídrica de todos os produtos agrícolas que a utilizam.

Por essa característica peculiar, o financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão deve receber tratamento diferenciado na execução de nossa política agrícola, como forma de estímulo à substituição de sistemas menos eficientes do ponto de vista econômico e ambiental. Dessa forma, com toda justiça, a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, precisa estabelecer como diretriz um estímulo direto à adoção de sistemas mais eficientes de irrigação.

Nesse sentido, apresentamos a alteração no referido instrumento normativo, cientes do apoio desta Casa para a aprovação dessa Proposta, que, a um só tempo, concilia economia e ecologia, pensando no presente, sim, mas também nas futuras gerações de brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CRIVELLA

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=103792](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103792)

**Data de Apresentação:** 15/12/2011

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para determinar a adoção de taxas de juros diferenciadas para os financiamentos de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão.

**Explicação da ementa:** Altera a Lei nº 9.433/1997 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para dispor que o financiamento de equipamentos de irrigação por gotejamento ou microaspersão terá taxas de juros inferiores em, pelo menos, 1% (um por cento), relativamente aos encargos financeiros aplicados aos demais sistemas de irrigação.

**Indexação:** Projeto de Lei, Senado, Alteração, Acréscimo, Política Nacional, Recursos Hídricos, Financiamento, Equipamentos, Irrigação, Redução, Juros, Percentagem, Encargos Financeiros.

## Tramitação:

**15/12/2011** - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

*Ação: Este processo contém 03 (três) folhas numeradas e rubricadas.*

**15/12/2011** - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Leitura.*

*Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.*

*A matéria poderá receber emendas perante a primeira Comissão, por um prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.*

*Publicação em 16/12/2011 no DSF Página(s): 54289*

**16/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Ação: Recebido na CRA nesta data.*

*Matéria aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.*

**19/12/2011** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS*

*Ação: Prazo para apresentação de emendas perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA:*

*primeiro dia: 19/12/2011*

*último dia: 02/02/2012.*

**03/02/2012** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental (19/12/2011 a 02/02/2012).*

*Designado o Senador Blairo Maggi para relatar o Projeto.*



*Encaminhado ao gabinete do Senador Blairo Maggi.*

**04/04/2012** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Recebido nesta data, do Senador Blairo Maggi, o relatório pela aprovação do Projeto (fls. 04/06).*

*Matéria pronta para a Pauta na Comissão.*

**19/04/2012** - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

*Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO*

*Ação: Em reunião realizada nesta data, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Blairo Maggi, que passa a constituir o Parecer da CRA, pela aprovação do Projeto.*

*Juntei a folha de assinatura do Parecer (fl. 7).*

*À CMA, em decisão terminativa.*

**20/04/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Recebida na CMA, a matéria aguarda designação de Relatoria.*

**15/05/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Ao Senhor Senador BLAIRO MAGGI para relatar.*

**04/07/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador Blairo Maggi, com Relatório pela aprovação do Projeto com as duas emendas que apresenta.*

**05/07/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 10/07/2012.*

**03/08/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 07/08/2012.*

**14/08/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR*

*Ação: Matéria a ser redistribuída em razão do Relator, Senador Blairo Maggi, estar licenciado.*

**14/08/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Ação: Anexado Relatório do Senador Blairo Maggi. (fls.08 a 11).*

**20/08/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Ao Senhor Senador ANIBAL DINIZ redistribuo o projeto.*

**27/11/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO*

*Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador ANIBAL DINIZ, com relatório pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.*

**30/11/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 50ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 04/12/2012.*

**05/12/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: A 50ª Reunião Ordinária, do dia 04/12/2012, foi cancelada. A Matéria segue em Pauta.*

**07/12/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 52ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 11/12/2012.*

**14/12/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 55ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 18/12/2012.*

**19/12/2012** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: A matéria constou na pauta da 55ª Reunião, que ocorreu em 18/12/2012, tendo a discussão e a votação adiadas.*

**28/02/2013** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 05/03/2013.*

**05/03/2013** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: A matéria constou na pauta da 2ª Reunião Ordinária, que ocorreu em 5/3/2013, tendo a discussão e votação adiadas.*

**07/03/2013** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 3ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 12/03/2013.*

**12/03/2013** - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES*

*Ação: Reunida a CMA na 3ª reunião ordinária de 12.03.2013, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado o presente projeto com as emendas nº 1 e 2-CMA por unanimidade.*

*Juntados o parecer da CMA, folha de assinaturas do parecer, folhas de votação, texto final e o Of. 48/2013/CMA, que comunica a aprovação do projeto nos termos do artigo 91, § 2º, do RISF. (fls. 12 a 21).*

*À SSCLF.*

**13/03/2013** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: Recebido neste Órgão, às 18h30.*

**14/03/2013** - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)*

*Ação: Aguardando leitura de pareceres da CRA e da CMA.*

*Juntada, à fl 22 e 23, legislação citada nos pareceres.*

**21/03/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO*

*Ação: Leitura dos seguintes Pareceres:*

*nº 152, de 2013 - CRA, Relator Senador Blario Maggi, favorável;*

*nº 153, de 2013 - CMA, Relator Senador Anibal Diniz, favorável com as Emendas nºs 1 e 2 - CMA.*

*A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Ofício nº 48, de 2013, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que comunica a aprovação da matéria, em caráter terminativo, com as Emendas nºs 1 e 2 – CMA.*

*Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.*

*Publicação em 22/03/2013 no DSF Página(s): 12127*

*Publicação em 22/03/2013 no DSF Página(s): 12087 - 12102*

**22/03/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Prazo para interposição de recurso: 25/03/2013 a 02/04/2013.*

**18/04/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Anexado, às fls. 25, o Ofício SF/979/2012, de 18 de abril de 2013, do Presidente do Senado Federal ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando adequação redacional na presente matéria.*

*À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

**18/04/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

*Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA*

*Ação: Recebido na Comissão nesta data.*

*Encaminhado ao relator, Senador ANIBAL DINIZ, para adequação redacional.*

**15/05/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

*Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador ANIBAL DINIZ, que apresenta relatório com adequação redacional, em atendimento ao Ofício SF/979/2013.*

**17/05/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

*Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO*

*Ação: Matéria constante da Pauta da 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 21/05/2013.*

**21/05/2013 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**

*Ação: Reunida a CMA na 13ª reunião ordinária de 21.05.2013, foi aprovada a adequação redacional contida no novo relatório apresentado pelo Senador Anibal Diniz, em atendimento ao Of. SF/979/2013.*

*Juntados o novo relatório, excerto das notas taquigráficas, texto final e o Of. 45/2013/CMA, que comunica a aprovação da adequação redacional. (fls. 26 a 32)*

*À SSCLF.*

**23/05/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Recebido neste Órgão, às 10:56h.*

**24/05/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**

*Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação de término de prazo de interposição de recurso.*

*Aguardando leitura de Parecer CMA*

**24/05/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO**

*Situação: APROVADA*

*Ação: A Presidência recebeu o Ofício nº 102, de 2013, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, encaminhando relatório e novo texto final, com adequação redacional, do presente projeto.*

*A Presidência esclarece que a matéria foi remetida à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, mesmo após transcurso do prazo para apresentação de recurso, previsto no art. 91 do Regimento Interno, tendo em vista a necessidade de adequação redacional do texto aprovado por aquele órgão técnico.*

*Não tendo sido oferecido recurso e tendo sido procedida a adequação referida, a matéria apreciada terminativamente pela referida Comissão, vai à Câmara dos Deputados.*

**24/05/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Ação: Recebido neste órgão às 15:50 hs.*

**24/05/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Ação: Anexado texto revisado (fl. 37).*

**31/05/2013 - SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**

*Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS*

*Ação: Anexado o Ofício SF nº 1.313, de 31/05/2013, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 38 e 39).*

## PROJETO DE LEI, Nº 3.796 DE 2008

*Autor: Eduardo Valverde - PT /RO*

*Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira, para distinguir as empresas ou instituições que observam a legislação trabalhista e estimulam a melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores.

Art. 2º Para que a empresa ou instituição faça jus ao selo, deve atender aos seguintes requisitos:

I – possuir certidão negativa de autuações trabalhistas;

II – estar adimplente com suas obrigações fundiárias e previdenciárias;

III - fornecer aos empregados, gratuitamente, programa de alfabetização com instrutor devidamente capacitado, ou mediante contrato ou convênio com instituição pública ou privada, cuja atividade seja dedicada ao ensino, a ser ministrado preferencialmente no local de trabalho.

IV – demonstrar política de inclusão de mulheres e de portadores de deficiência física no ambiente de trabalho .

Art. 3º As empresas que preencherem os requisitos e forem avaliadas positivamente:

I – terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, desde que a empresa e o projeto de financiamento atendam a todos os critérios e exigências estabelecidos pelas instituições federais de crédito;

II – receberão o selo “Empresa Modelo na Gestão da Qualidade do Trabalho” a ser concedido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As empresas que obtiverem o selo disposto neste artigo poderão utilizá-lo em peças publicitárias, placas informativas e papéis timbrados, como forma de demonstrar à sociedade sua contribuição no combate ao analfabetismo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

---

### Justificativa:

A imprensa sempre tem noticiado a ainda lamentável ocorrência da exploração da mão-de-obra no cultivo e na indústria da cana-de-açúcar.

Não é segredo que o trabalho é realmente muito árduo e que submete o trabalhador a profundo desgaste.

Ocorre que este estigma tem afetado toda a indústria canavieira. A chegada da fase da produção dos biocombustíveis propiciou que, como forma de reação dos países contrários ao combustível alternativo, a indústria brasileira fosse mais uma vez rotulada como socialmente injusta.

O selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira tem por escopo estimular que as empresas busquem a melhoria da qualidade das suas relações de trabalho e possam, assim, buscar o reconhecimento da sociedade e do mercado.

Nosso objetivo é ver o trabalhador camponês incorporado a uma empresa que observa a legislação trabalhista, propicia mecanismos para que ele vença as barreiras do ensino, que cumpra suas obrigações fiscais e previdenciárias e que tenha responsabilidade para com o combate à discriminação por gênero ou por deficiência física.

Devido aos fundamentos éticos, jurídicos e sociais deste projeto de lei, esperamos contar com o necessário apoio parlamentar para transformá-lo em norma jurídica, inclusive como mais uma forma de dar eficácia ao princípio constitucional de valorização social do trabalho.

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=400662>

**Data de Apresentação:** 05/08/2008

**Ementa:** Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.

**Indexação:** Criação, selo de certificação, qualidade, indústria, cana-de-açúcar, relação, trabalho, cultivo, produção, exigência, critérios, direitos trabalhistas, obrigação trabalhista, obrigação previdenciária, regularização fundiária, política, inclusão, mulher, pessoa portadora de deficiência, concessão, Governo Federal.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**05/08/2008** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pela Deputada Rebecca Garcia (PP-AM).*

**12/08/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**12/08/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**12/08/2008** - Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP(SGM))

*Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.*

**13/08/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 14/08/2008.*

**14/08/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**03/09/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designada Relatora, Dep. Jusmari Oliveira (PR-BA)*

**04/09/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/09/2008)*

**16/10/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**16/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)



*Devolvida sem Manifestação.*

**17/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Designado Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT)*

**18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Homero Pereira (PR-MT).*

**18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Parecer do Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT), pela rejeição.*

**01/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Vista ao Deputado Zonta.*

**02/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Devolução de Vista (Dep. Zonta).*

**08/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Retirado de pauta, de ofício.*

**15/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Retirado de pauta pelo Relator.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**09/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Apresentação do REQ 261/2011, pela Dep. Rebecca Garcia, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**16/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-261/2011.*

**23/03/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 24/03/2011)*

**07/04/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Designado Relator Substituto, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO)*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CAPADR, pelo Dep. Ronaldo Caiado*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO), pela rejeição.*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Jesus Rodrigues, Marcon e Luci Choinacki.*

**18/05/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)  
*Parecer recebido para publicação.*

**18/05/2011** - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)  
*Recebimento pela CTASP.*



**19/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 20/05/11, Letra A.*

**31/05/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Designado Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)*

**02/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 03/06/2011)*

**15/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**18/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).*

**19/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvido ao Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)*

**25/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).*

*Parecer do Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), pela aprovação, com substitutivo.*

**26/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 27/10/2011).*

**16/11/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**03/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Retirado de pauta a requerimento do Deputado Ronaldo Nogueira.*

**18/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).*

**24/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).*

**24/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Retirado de pauta, "ex-officio".*

**08/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvido ao Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), para reexame.*

**21/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvida sem Manifestação.*

**23/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO)*

**29/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).*

*Parecer do Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO), pela rejeição.*